

A EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: A DIFERENÇA COMO VALOR

Miguel López Melero – Universidade de Málaga – Espanha

*“... o custo do desenvolvimento de um míssil balístico transcontinental poderia alimentar a 50 milhões de crianças, construir 160.000 escolas e abrir 340.000 centros de saúde. O custo de um submarino nuclear é igual à verba anual de educação de 23 nações em desenvolvimento, num mundo onde 120 milhões de crianças não tem acesso à escolaridade e 11 milhões morrem antes de completar um ano.” (Ruth Sivard. *Gastos Militares e Sociais no Mundo*)*

*O professor Maturana nos recorda que: “... do ponto de vista biológico não há erros, não há menos-valia, não há disfunções...Em biologia, não há menos-valia...” (H. Maturana. *O Sentido do Humano*)*

*E segue sendo certo que: “...o essencial é invisível aos olhos: só se vê bem com o coração.” (Antoine de Saint-Exupéry. *O Pequeno Príncipe*)*

1. Pano de Fundo

Meu mais sincero agradecimento e minhas felicitações aos organizadores destas IX Jornadas de Educação e Formação do Professorado. Obrigado por convidar-me, já que isso me dá uma nova oportunidade para estabelecer, analisar e refletir com meus colegas sobre o discurso da diversidade e da educação intercultural, na sociedade multicultural em que vivemos neste final de século.

Meu desejo é compartilhar com todos vocês, nestas Jornadas, as minhas inquietudes sobre como está se desenvolvendo a cultura da diversidade frente à cultura da deficiência nos países desenvolvidos da Europa. Para isso, vou apresentar o meu pensamento como um convite à reflexão para a melhora da nossa prática docente e investigadora, e também como um convite ao diálogo para a construção de um diálogo compartilhado entre os presentes, que propicie uma mudança profunda em nosso pensamento e em nossas ações (pensamento e ação compartilhados = ciência) a respeito da atual cultura da deficiência, que nos emocione até a construção da cultura da diversidade.

Ao estabelecer a emoção como base do conhecimento, partindo de um ponto de vista geral e como base do conhecimento da cultura da diversidade em geral em particular, o faço como um meio que nos permita compreender as duas grandes crises em que nos encontramos neste final do século. E para que, dessa conscientização, iniciemos projetos de mudança para a reconstrução da crise da civilização e da crise ecológica. Crise da civilização por um lado, crise da Natureza por outro, e nos vemos envolvidos em ambas pelo desenvolvimento desenfreado da Ciência Física dos séculos XIX e XX e pelos interesses técnico-científicos e econômicos do final do século XX.

Minha hipótese, neste aspecto, é que se está criando uma relação biunívoca muito perigosa entre a ciência e a tecnologia. Se outorga à ciência o papel de propor objetivos de aplicação do seu produto e à tecnologia o papel de aplicar os princípios da ciência. E, nesta dependência mútua, a meu ver, se encerra uma maneira de entender a ciência. Ou, melhor dizendo, o cientificismo. Esse cientificismo é a ideologia mais perigosa e mais poderosa da sociedade pós-moderna – mesmo que não tenha sido reconhecida como uma ideologia perigosa em si mesma -, por que não se cria nada de novo nem se produz um desenvolvimento da imaginação do ser humano. Ele apenas nos mantém no limbo científico permanente. E nós já sabemos que o estado límbico é o mais próximo do conservadorismo, e nos querem fazer esquecer (uns e outros caem nesse êxtase deslumbrante, quase messiânico, desse limbo) que debaixo dessa sociedade pós-modernista há uma dominação da classe hegemônica e poderosa. Esse cientificismo é a nova religião intelectual usada para que permaneçamos nesse estado límbico. E, o que é ainda pior, os cientistas convertem-se nos instrumentos dessa classe dominante.

A ciência da ideologia ou a ideologia da ciência? A ideologia reinante na sociedade pós-moderna (neoliberal), considerada como sistema de idéias próprio da classe dominante (cientificismo), só pode desaparecer se o cientista sabe superar essa relação de dependência entre a ciência e a tecnologia evitando, com esse comportamento, ser um escravo do poder.

Temos o exemplo mais claro desse cientista na própria universidade (exemplo por excelência de comunidade científica), onde o conhecimento intelectual adquire o caráter de virtude (objetivo, independente, desinteressado, apolítico...), e o professorado (docente e investigador) são homens e mulheres da ciência (assexuado, dócil, sem manchas) – exemplos *in vitro* da ciência pós-moderna.

Devemos estar muito atentos para não cair nesse novo poder da ciência a serviço do neoliberalismo, que converte o fazer científico em mera *commodity*. Temos que evitar que a ciência seja serva do poder (conhecimento capitalizado = fetichismo) e, portanto, seja a alienação do pensamento humano. A ciência do capitalismo é a pseudograndeza dos medíocres.

Meu pensamento é que a ciência é incapaz de nos dar respostas duradouras e imperecíveis. Não existe uma unidade dos conhecimentos com caráter absoluto e ahistórico, nem objetividade isenta de erro. A aprendizagem e a ciência são evolutivas. O mais importante é que não se castre no ser humano o sentimento de mudança. Aprendemos a ser cientistas e a fazer ciência.

A ciência precisa ser entendida como algo por fazer, e não como algo acabado, como algo estimulante e não como o epitáfio do homem. E o homem, como sujeito ativo do seu próprio pensamento e da sua ação carregados de emoção (o pensamento em ação), evitará de ver-se preso nessa armadilha como um ser paciente neste mundo coisificado (determinismo), e há de elevar-se (o homem) como ser pensante e não como mero administrador. Penso que temos que assumir o componente ideológico e social que condiciona o nosso trabalho científico. O cientista, como qualquer um de nós, não pode se dissociar do seu próprio contexto cultural, que condiciona a sua metodologia e os seus resultados. Precisamos ver o mundo como é e não como gostaríamos que fosse.

Eu gosto de criticar o mito da objetividade da ciência, considerada e aceita como uma obra bem feita, como algo de robótica programada, acabada, destinada a recolher informação objetiva e assim por diante. Mas esta conversa não é para isso. No entanto, quero dizer que eu entendo a ciência como pensamento e ação recheados de emoção (compartilhados) – ou seja, como atividades humanas, como um fenômeno social e humano que se insere na própria vida. Mas a ciência não escapa da própria dialética. Apesar de estar inserida na vida social, a ciência é um fator poderoso para interditar a própria ciência ou as premissas que a sustentam. Era isso que eu queria dizer.

A primeira questão a ser estabelecida nasce precisamente desse beco sem saída ao qual ciência e tecnologia nos estão levando neste final de século. Refiro-me, concretamente, a que se aceita como certo que na sociedade atual a dinâmica vem imposta pelos interesses técnico-científicos por um lado e econômicos por outro. Como se pode reconciliar a humanidade para superar essa dupla crise ecológica e de civilização?

Minha resposta é muito simples e, devido a essa simplicidade, pode-se pensar que é ingênua e pouco relevante. Mas, no meu ponto de vista, só se chegará a essa reconciliação se o poder da Ciência Física for esquivado, se se reconduzir o papel da Economia, da Tecnologia e da Robótica e se passar a encarar como ciências do futuro a Biologia (para superar a crise da civilização) e a Pedagogia (para superar a crise da Natureza). E, nessa superação, encontraremos o sentido do humano.

Quando eu afirmo que o sentido do humano reside nessa superação dos interesses técnico-científicos e econômicos, estou me referindo, além de tudo, a que devemos voltar os nossos olhares para nós mesmos, já que, como pessoas, dispomos de um maravilhoso e excepcional instrumento que é a mente humana e, portanto, se soubermos entrar no nosso próprio pensamento, é certo que encontraremos os meios necessários para imaginar e criar um mundo melhor. É tão difícil imaginarmos um mundo melhor? Por quê? Só depende de nós começar a fazê-lo.

Certamente que a mudança até esse mundo novo necessita de mudanças psicológicas e sociais ainda muito difíceis de predizer ou mesmo de imaginar. Sabemos que, na atualidade, as mudanças na biologia do ser humano (fecundação *in vitro*, a escolha de um filho sem a necessidade do reconhecimento do pai ou da mãe), os novos papéis da mulher no mundo econômico e social, os movimentos migratórios, a mestiçagem etc. são manifestações valiosas (valores) da atual socialização dos nossos próprios filhos em um novo modelo cultural. Modelo cultural esse que vai permitir-lhes outra dimensão de liberdade sexual, outro modo de relacionar-se entre as diferentes raças, uma nova reconceitualização da família e da sociedade em geral. Sociedade competitiva e não-solidária, dominada até agora pelo masculino, que deve dar passagem a uma sociedade mais solidária e respeitosa com as diferenças, onde homens e mulheres descubram juntos no que consiste o ser humano. Não se trata de mudar de uma sociedade dominada pelo homem para outra dominada pela mulher, mas sim do descobrimento do homem e da mulher no viver cotidiano. “Na convivência da biologia do amor e o conviver centrado na dignidade e no respeito ao outro e por si mesmo, na colaboração, na harmonização estética com o mundo natural ao qual se respeita e não se explora, e na valorização da sensualidade e do intelecto. (H. Maturana, 1994). Mais ainda nos diz Eisler: tudo isso será alcançado “através da cultura da solidariedade e que esta é o fundamento da cultura não-alienada (...) em um mundo onde seja mais importante a qualidade de vida do que a quantidade dela”.

Esta é a resposta à primeira questão que estabelecia o saber utilizar a racionalidade para tornar a própria razão razoável, e que faz com que este raciocínio nos impeça de cair na armadilha do pensamento neoliberal, que quer que confundamos estado de bem-estar com qualidade de vida, quando o primeiro está imerso em um pensamento individualista e egoísta e o segundo em um pensamento banhado pela qualidade nas relações humanas. E, por acaso, nesse sentimento de mudança e de qualidade de vida é que está o sentido do ser humano.

As pessoas sabem, sim, incorporar estas novas formas de pensar e de atuar, de sentir e de conviver. E abrir o pensamento para esse futuro imediato, incorporando novos valores, não significa somente incorporar novos valores, significa mudar a escola e a sociedade. E mais, significa mudar a nós mesmos. Esse sentimento de mudança é muito poderoso, mas há que acreditar nele e construí-lo. Este é o discurso da cultura da diversidade, onde a diferença não é um defeito e sim um valor.

Por todo o expressado até aqui, eu gostaria, neste momento, de deixar claro alguns dos princípios que justificam o meu pensamento em torno do discurso da diversidade frente ao discurso da deficiência. E mais tarde vou dizer o que entendo por escola pública. Refiro-me concretamente a:

- a) que sejam o respeito, a tolerância e a liberdade de pensamento os princípios que nos permitam construir a cultura da diversidade frente à cultura da deficiência. Me explico: penso que deve ser a racionalidade a que torne a própria razão mais razoável quando se fala na cultura da diversidade, simplesmente por que não se entende bem o que significa e o que exige essa nova cultura. Quando falamos em racionalidade, referimo-nos a ter um “pensamento claro” que melhore a nossa compreensão sobre a cultura da diversidade. Estamos no caminho de projetar outro modo de ser pessoa.
- b) Quando falo de diversidade, não me refiro às pessoas socialmente reconhecidas como deficientes, mas o faço a partir de um pensamento amplo que inclui o gênero, a enfermidade, a deficiência, a raça...; ou seja, aos coletivos e culturas minoritários que durante tanto tempo vêm tendo que suportar os critérios das culturas majoritárias. Não podemos esquecer, como eu já disse, que o conhecimento, a informação e a tomada de decisões nos vêm impostas pela classe dominante. Temos que construir novas estratégias para sair das perigosas e tentadoras redes neoliberais.
- c) Nesse sentido, desejo esclarecer o que entendo por diversidade, o que entendo por diferença e o que entendo por desigualdade. A diversidade faz referência à identificação da pessoa, por que cada um é como é e não como gostaríamos que fosse (identidade). Esse reconhecimento é precisamente o que configura a dignidade humana e é algo evidente e, portanto, objetivo. A diferença é a valoração (subjetiva, portanto) da diversidade e é exatamente nessa valoração em que se encontram as várias manifestações, sejam de rejeição (antipatia, xenofobia, racismo, intolerância...) ou de compreensão (simpatia, xenofilia, tolerância...). É a consideração da diversidade como valor. Não é somente o paradigma da igualdade, mas sim o paradigma da liberdade. E a desigualdade é o estabelecer a hierarquia entre as pessoas por critérios de poder social, econômico, político, étnico, ou por qualquer outra razão. Ou seja, é precisamente o contrário da igualdade.

Na linha dessas declarações cabe, neste momento, diferenciar – ao menos eu encontro diferenças – entre multiculturalismo, pluriculturalismo e interculturalismo. Eu entendo por multiculturalismo o reconhecimento de que existem várias culturas em um mesmo território, em um momento determinado. O pluriculturalismo é um modelo de intervenção que dá ênfase à manutenção da identidade de cada cultura e o interculturalismo é uma forma de intervenção que destaca o valor das relações e interações e da convivência das culturas (a mestiçagem) em um mesmo espaço social. Este é o paradigma da cooperação e da solidariedade.

Estabelecidos os princípios que me movem a participar destas Jornadas de Formação e esclarecidos alguns conceitos relacionados à cultura da diversidade, minha primeira intervenção neste encontro entre colegas e profissionais do ensino que estão tornando possível aquele princípio da escola para todos-as, próprio da década dos oitenta é, como eu dizia no princípio, um convite à reflexão desde os primeiros encontros para que, através das análises, nos introduzamos no discurso da diversidade e no que ele compromete os profissionais da escola pública, como passo prévio para preparar a escola do futuro. E quando falo de profissionais, incluo desde o professor primário ao catedrático de universidade.

Nestas Jornadas, teremos a oportunidade de aproveitar as reflexões sempre profundas de José Gimeno sobre a escola pública e a direção do neoliberalismo, vamos degustar diretamente das mãos de Angel Pérez que sentido tem falar do pós- modernismo e da função educativa da escola. Nos sentiremos próximos da democratização do pensamento crítico na vida política e na escola de Félix Ângulo, nos veremos comprometidos com a visão solidária de uma escola sem exclusões com Xurxo Torres e aprenderemos a valorizar sem perversão com as lições ilustradas de Miguel Angel Santos.

A questão será, eu digo, não somente saber descrever, saber analisar e saber valorar a sociedade consumista, competitiva e não-solidária na qual estamos inseridos no final do século XX, mas o como chegar a essa outra sociedade cooperativa e solidária que nossos palestrantes vão saber projetar e irradiar no auditório, depois de tudo o que temos vivido há pelo menos uns 5.000 anos em uma sociedade dominadora.

Há certamente que reconhecer que é difícil pensar ou imaginar um mundo diferente, mas não nos resta outra opção. A evolução humana encontra-se em uma encruzilhada. A tarefa fundamental desses pensadores-as e cientistas não é apenas descrever e alertar sobre os males que nos atingem, mas comprometer-se com a busca de modelos educativos que nos permitam, a partir da escola como agente de transformação, outro modo de organização de sociedade para o século XXI, que promova o desenvolvimento da nossa espécie e o desenvolvimento das nossas diferenças como seres humanos, sem produzir desigualdades. O que eu estou propondo é outra educação para outra civilização.

Eu sou pedagogo, não médico; educador, não psicólogo. Por isso, vou falar de educação, não de terapia. Por que, depois de tudo, como dizia Kant, cada pessoa chegará a ser pessoa pela sua educação, ou, como dizia Maturana, cada homem (ou mulher) se diferencia de outro homem (ou mulher) não por razões biológicas e sim por que há diferentes maneiras de crer, diferentes comportamentos e pontos de vista

distintos. O respeito à diferença implica no reconhecimento de ser diferente e a tolerância é o valor essencial que necessita a cultura da diversidade.

Anunciar que o fenômeno educativo está imerso no desenvolvimento político e ideológico de qualquer sociedade não é dizer quase nada – é nada mais que reconhecer o que é evidente. Porém, se nos concentrarmos na análise sociológica da educação e na escola do século XX e damos uma rápida passada de olhos no que aconteceu em termos de educação na segunda metade desse século, teremos que admitir que o romantismo educativo dos anos sessenta não perdurou na década de setenta, carregada de incertezas, na desiludida década de oitenta ou na década de noventa, na qual os problemas econômicos, o investimento escasso em educação, os problemas de natalidade e a falta de conscientização da mudança atrasam qualquer movimento de melhora em nossa sociedade.

Desde os anos 70, a ideologia neoliberal está cada vez mais hegemônica, não apenas nos países desenvolvidos mas também no resto do planeta. Não é fácil definir o que é neoliberalismo, seja pelos terrenos aos quais se estende, seja pelo número de sinônimos que pode representar. Mas não nos esqueçamos que ele é sempre manifestação do pensamento da direita. Permitam-me, no entanto, já que José Gimeno vai aprofundar o assunto, apenas umas breves notas sobre o neoliberalismo, a fim de que se possa melhor compreender a encruzilhada em que nos encontramos no final do século XX. Serei bastante sintético, mas esse não é o aspecto mais profundo da minha intervenção – são apenas umas pinceladas para uma melhor compreensão.

- a) **No aspecto político:** democracia formal... o que se entende por democracia formal? Simplesmente que os cidadãos maiores de 18 anos são chamados às urnas, mas não participam da vida política e nem têm controle algum sobre a tomada de decisões sobre o que votam ou sobre quem votam. Somos meros espectadores da classe dominantes e do que fazem os poderosos. E quem são os poderosos? O poder vem marcado pela riqueza e pelo dinheiro, e é isso que possuem organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC. E qual será o papel da ONU nisso tudo? A ONU se coloca a serviço dos poderosos e, com essa atitude passiva e permissiva, permitiu que eles - os poderosos – criassem o fundamentalismo econômico neoliberal. Um exemplo recente dessa permissividade e desse abandono que são vergonha para a humanidade é o que aconteceu nos Grandes Lagos – o mesmo que se viu há uns anos atrás na Iugoslávia que, por sua vez, é exatamente igual ao que está se originando na Albânia. Mas, por acaso isso que dizer que não podemos imaginar outra forma política diferente para 2041, por exemplo?
- b) **No aspecto econômico:** o livre mercado. O mundo é um mercado. Tudo se pode comprar ou vender, desde que o digam os poderosos, e isso inclui o conhecimento. E a nós, europeus, não nos defende o Parlamento Europeu? O Parlamento Europeu não apita nada, é um servidor dos poderosos, e Maastrich é uma norma imposta pelo sistema econômico (fundamentalismo econômico neoliberal)
- c) **No aspecto social:** criam-se três classes sociais. A classe privilegiada, cada vez mais minoritária, que é a que controla e regula o resto da sociedade; a classe média, que é encarregada pela classe dominante de fazer as mudanças que ela

determina e que sofre os ajustes e reajustes provocados por essas mudanças e, por último, uma terceira classe social, que emerge e que é cada vez mais majoritária, que é a dos desempregados e marginalizados (a sociedade invisível). Na atualidade, uns 200 milhões de pessoas estão mal nutridas, outros 100 milhões são analfabetos e mais ou menos 1,3 bilhões se encontram em situação de pobreza absoluta. Na União Européia há 48 milhões de pobres e, na Espanha, 9 milhões de pessoas encontram-se embaixo da linha da pobreza.

d) O Estado está à venda: o papel que o Estado desempenha é mínimo, e depende dos poderosos. Privatizam-se empresas rentáveis: o objetivo das empresas é sempre o de ganhar dinheiro, e não o de prestar serviços à comunidade. Assim, o cidadão perde a sua condição de cidadão e converte-se em consumidor.

E quem vai encarregar-se de proclamar essa nova ortodoxia neoliberal? O neoliberalismo tem isso bastante claro. Como tudo se compra e tudo se vende, serão os meios de comunicação que estão a seu serviço e a nova revolução científico-tecnológica. Sob o amparo de uma falsa imagem e da interpretação de uma pseudoliberalidade, nos vendem conceito de liberdade como consumismo, e nós nos vemos envolvidos por esta sociedade consumista e criamos para nós mesmos novas necessidades como se realmente fossem necessidades, e entramos no jogo das redes estendidas pelo mais feroz consumismo.

A consequência desse pensamento é a castração mental no plano ideológico e a hegemonia do econômico frente ao social e ao cultural. Cria-se a necessidade do consumismo e de novas necessidades para os cidadãos – o êxito está nos negócios e a economia é a nova axiologia. Vales o quanto produzes e não o quanto colocas a serviço do outro, do menos favorecido. E se propicia um mundo de competitividade priorizando as empresas pessoais e privadas em detrimento da cooperação. É o viver em um vazio de felicidade ao viver-se para si mesmo sem levar o outro em conta.

Tudo isso está entrando perigosamente no pensamento do professorado, dos pais e dos alunos (de um modo muito particular no dos jovens), criando-se uma atitude imobilizante e conformista que é, a meu ver, a droga mais perigosa de todas, a que vai destruir o núcleo do ser humano: a convivência.

De acordo com o panorama descrito anteriormente, podemos dizer que a escola do final do século XX enfrenta o dilema de resolver a antinomia entre sua função socializadora e a sua função educativa (Pérez Gómez, A.I., 1995). A escola deve identificar os valores da sociedade e educar a partir da reflexão e do contraste de pareceres sobre esses valores entre os professores e os alunos.

No sentido gramsciano do termo, nos encontramos em um momento de crise, por que os velhos parâmetros estão agonizando e os novos ainda não acabaram de emergir. Penso que a cultura da diversidade está colocando em cheque o fim de uma época educativa (uma nova escola para uma nova civilização), ao destacar a importância da diversidade como referencial para a construção da nova escola e de uma nova sociedade. Uma nova escola e uma nova sociedade que nos abram as portas para a cultura da diversidade como agente modificador do pensamento, e que

nos permita melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, independentemente da sua condição de gênero, raça, enfermidade, religião, deficiência.

É certo que atravessamos maus tempos para essa mudança que anunciamos. Passamos por uma época de crise no mundo das idéias e dos valores, sobretudo naqueles valores e naquelas idéias daqueles que, como eu, encontram-se em um momento da vida em que temos um referencial próprio e também temos uma história. Em que olhamos para trás e recordamos das nossas aspirações de mudanças sociais, ideológicas e políticas. Em que nos encontramos com uma idade em que também podemos olhar para frente e projetar nosso futuro sobre os princípios de justiça, liberdade e fraternidade que nasceram no Século das Luzes. Como dizia, é certo que atravessamos um mau momento nesta sociedade atual, conhecida por alguns pelo nome genérico de sociedade pós-moderna – um conceito complexo e polissêmico que faz referência à maneira diferente de entender e desenvolver as relações econômicas, políticas e culturais.

Esse clima cultural de pós-modernidade reúne uma série de características que eu vou resumir, mesmo por que amanhã Angel Pérez vai esmiuçar o sentido e o significado de cada uma delas. Mas, da mesma maneira que antes destacava alguns aspectos do neoliberalismo, desejo fazê-lo agora sobre aspectos da pós-modernidade para, mais tarde, fazer compreender meu pensamento sobre a cultura da diversidade na escola pública. Esses pontos são os seguintes:

- ✓ **Ceticismo**, precisamente pelo descrédito na razão e por tudo aquilo que ela pode proporcionar, ao mesmo tempo em que surgem uma enorme valorização das sensações e das intuições.
- ✓ **Neofilismo**, um amor sem limites pelo novo pelo simples fato de ser novo.
- ✓ **Consumismo**, como uma nova liberdade de fazer-se, contrária ao pensamento de poupança.
- ✓ **Esteticismo**, ou uma supervalorização da imagem frente à ética.
- ✓ **Oportunismo ou ocasionalismo**, o viver aqui e agora. Não há perspectivas de futuro, tudo é presente. E esse presente se constrói reciclando (a era do plástico) o passado.
- ✓ **Ahistoricismo** e fim da História como fator de compreensão do mundo e de projeção de futuro.
- ✓ **Individualismo exacerbado**, ou seja, cada um vive por si mesmo, superficializando vínculos e sentimentos.

Esse pensamento neoliberal e pós-modernista que estou descrevendo sinteticamente originou a cultura da não-solidariedade e da intolerância ou, como define Lasch, criou a “cultura do narcisismo”, precisamente por que esta era pós-moderna anulou a solidariedade, matou a política e criou um mundo onde cada qual vive para si mesmo, dono de um grande vazío e supostamente feliz.

Pois bem, paro e faço um pequeno intervalo em meu discurso para dizer que vocês não devem interpretar minhas palavras com pessimismo – ao contrário. Elas devem ser interpretadas como uma ocasião para a mudança. Tomo um pouco de ar e continuo em meu discurso da cultura da diversidade destacando que o sentido que eu dou à modernidade é de que o compromisso com uma época, com o sentimento de mudança permanente e com o compromisso diário, mesmo que soe como “antigo” ou “clássico”.

Oponho-me a que a dialética do espírito, a que a emancipação da pessoa através da reflexão e da razão se transformem, neste final de século, na pragmática da cultura do consumismo. Mais do que nunca, eu gostaria de ser utópico ou pragmático no sentido de que é aqui e nestes momentos difíceis onde está o lugar no qual homens e mulheres, mulheres e homens, encontramos o sentido de ser humano. E evitemos com nossa atitude e com nosso comportamento que caia em desuso o antigo princípio de que a aquisição do saber é indissociável da formação do espírito e da formação da pessoa. Não podemos dar por perdida à modernidade a mensagem de projeto de mudança permanente, no sentido habermasiano – a modernidade é um projeto inacabado (Habermas, 1994).

Eu tenho esperança de que o ser humano se dará conta de que ser pessoa consiste em saber interpretar o mundo em que se vive e em saber se coerente consigo mesmo, com o progresso e a evolução do ser humano, com a justiça... mas, sobretudo, em saber ser feliz. Ou seja, saber desfrutar da autonomia pessoal, moral e intelectual.

Nesse contexto da mercantilização do saber que venho descrevendo, a escola pública, como produto da modernidade, foi pensada como um lugar onde se deviam desenvolver valores e ilustrar conhecimentos de verdade e justiça, de liberdade e respeito, de tolerância e de solidariedade. Mas, como esses conhecimentos foram desvirtuados por causa do descrédito na razão, a escola encontra-se face à necessidade de enfrentar o pragmatismo da eficácia “enlatada” dos conhecimentos sem reflexão alguma, venham eles embrulhados caixas de presente verdes ou vermelhas.

Vivemos hoje, em dia, em nossas escolas, anos de reforma do armário curricular (Caixas Verdes ou Vermelhas, ou seja, o armário Autônomo ou Nacional). Se fizermos uma leitura por suas fundamentações científicas, logo nos daremos conta que a cultura da diversidade não entrou nos novos modelos “instrutivos”. É à escola que se deve exigir um compromisso para elaborar e difundir conhecimentos articulados e corretos sobre as diferentes culturas – melhor que um compromisso para realizar programações e intervenções didáticas individualizadas, como se costuma anunciar na lei. Também não devemos esquecer-nos de que esse modo de interpretar a cultura da diversidade, colocando as pessoas com deficiência em lugares individualizados e isolados de instrução, também está carregado de um tipo de ideologia – mesmo que se afirme que não há nenhuma ideologia embutida nele.

A situação axiológica se nos apresenta como um combate entre a manutenção de valores mais ou menos “perenes” e a fundamentação da relatividade de outros valores que ingenuamente se relacionam - os primeiros a uma corrente conservadora e os segundos a outra, mas progressista. Mas a cultura neoliberal é tão poderosa e tão sutil que se apropria de qualquer idéia, por mais progressista que seja, e a converte em mera mercadoria de consumo. É necessário saber clarificar criticamente esse fenômeno na escola, para buscar um caminho educativo verdadeiramente humanista e não nos deixarmos enganar pela coreografia que representam.

No entanto, se não se analisa com cuidado todo esse fantasma, toda essa coreografia, nos vemos envolvidos no falso discurso e na cena de uma cultura neoliberal e monocultural que não respeita o direito de ser diferente. Senhores, se está desenhando a Europa de 2000 sob a tutela de duas grandes ameaças: a filosofia neoliberal e a filosofia da cultura única. E sobre a base de um axioma hipócrita de reconstrução

européia se amadurece o machado neoliberal, apoiado em uma idéia econômica que consagra a naturalidade das desigualdades e sobre uma idéia cultural que dá mais a quem tem mais (e, naturalmente, essa não é a pessoa com deficiência) e sanciona as diferenças cognitivas, étnicas, culturais, de gênero, raça... . O pensamento do estado neoliberal significa dar menos a quem já tem menos, significa trair a garantia social e formativa da qual os pobres deveriam usufruir em verdadeiras e autênticas coletividades nacionais.

Segundo a OMS, existe no mundo meio bilhão de pessoas com deficiência, dos quais 80% vivendo nos países em desenvolvimento. Quer dizer, uma pessoa em cada dez sofre de algum tipo de dificuldade física, mental ou sensorial, comprometendo (indiretamente) ao menos uma quarta parte da população mundial. Nos países da Comunidade Européia, os cidadãos com deficiência superam os trinta milhões. Na Espanha, estima-se que as pessoas com deficiência representem cerca de 10 a 12% da população. Desses, dois ou três milhões não são autônomos.

A ideologia pós-moderna está transformando de forma acelerada valores e atitudes aparentemente bem assentados nas sociedades modernas do Ocidente. O fato de que esses valores, idéias e atitudes apareçam na vida cotidiana das escolas deve alertar-nos para não cairmos nas redes consumistas dessa cultura pós-moderna.

O propósito fundamental dos movimentos educativos críticos – e a cultura da diversidade o é – é o de desenvolver teorias e práticas de esquerda que contribuam para a emancipação social. Essa complexa tarefa requer a cooperação de todos –as os que não se sintam identificados com o tipo de sociedade e de educação em que nos encontramos imersos. O caminho se faz ao andar, já nos dizia nosso bom António Machado, mas ele está cheio de incertezas e de dificuldades. Mas nós, os profissionais comprometidos, não podemos renunciar ao nosso compromisso de mudança profunda, e isso exige um trabalho cooperativo entre todos nós.

O que tento dizer é que neste projeto de sociedade e de homem diferentes para o século XXI, cada um de nós que se encontra nesta sala, como profissionais do ensino ou como responsáveis políticos, temos que ir construindo a escola do século XXI (o que é a mesma coisa que dizer "a sociedade do século XXI"). Uma escola que ensine a pensar e a descobrir a cultura (as culturas). Uma escola que faça homens e mulheres pensantes e sensíveis à diversidade, e não meros administradores. Uma escola que faça homens e mulheres democratas e livres.

Provavelmente haja várias maneiras de tomar o pulso de uma sociedade, mas uma delas, partindo do ponto de vista cultural, vem determinada pela maturidade ética dessa sociedade, exemplificada no lugar em que ocupam as minorias na vida social. Também provavelmente haja várias maneiras de tomar o pulso da escola, que da mesma forma, no ponto de vista cultural, vêm determinadas pelo nível ético de tal escola, focalizado nas condições de saúde, educação, de meios e recursos, de indicadores de qualidade de vida de todos os cidadãos, dando mais a quem tem menos.

1. Entrando em cena: a educação intercultural ou a diferença como valor

Em uma sociedade multicontextual e multicultural como a descrita, a dimensão educativa deve responder não somente ao compartilhar de novos modelos de

sociabilidade, da percepção de si em relação ao outro, mas também aspirar ao encargo de descobrir novos estilos cognitivos baseados na relatividade dos pontos de vista e, sobretudo, na sua possível descentralização. A educação intercultural, a educação para a mundialidade, não pode prescindir de uma ética da responsabilidade individual e coletiva.

É comumente admitido que existe uma estreita relação entre a sociedade e a escola, já que a classe dominante controla e organiza a sua própria estrutura, reorganizando o sistema educativo em benefício próprio.

Os que controlam o conhecimento e a informação são os que decidem quem forma a classe dominante. Mas, em certa medida, se a escola está consciente disso, pode ser um agente de controle na sociedade atual, estabelecendo melhores modelos educativos naqueles contextos escolares que são inferiores econômica e socialmente. Aqui está o poder dos educadores e dos professores da universidade. No caso concreto da nossa Faculdade de Ciências da Educação, teríamos que perguntar-nos: esta é uma Faculdade de Ciências da Educação que educa como um todo para essa mudança ou uma faculdade que merece ser educada?

Em relação com o pensamento anterior, cabe perguntar-se se a Faculdade de Ciências da Educação (e mais tarde, a escola) aceita ou se submete à classe dominante da sociedade ou, ao contrário, é aquela que vai marcando o caminho da própria sociedade, educando-a. A escola – qualquer escola – tem que estar em uma relação de interdependência com o seu entorno, a ponto de não apenas refletir a cultura de sua comunidade, mas sim de modificá-la.

Ser mulher, ser homossexual, ser cigano, ter Síndrome de Down, sofrer de uma doença contagiosa, ser negro, ser paralítico ou, simplesmente, ser um mais entre todos, é um valor. A natureza é diversa, e não há coisa mais genuína no ser humano do que a diversidade. A diversidade atesta que cada um de nós é um ser original e irrepetível. Em uma sociedade, há grupos diferentes, pessoas diferentes, há motivações, pensamentos e pontos de vista diferentes. Natureza e seres humanos são formosos assim. Não há duas papoulas iguais.

Nessa visão de diversidade, a educação intercultural deve ser considerada como instrumento para reduzir as desigualdades que se manifestam na sociedade. A perspectiva intercultural supõe uma reconceitualização da diferença aos princípios da igualdade, justiça e liberdade, e tudo o mais necessário para estabelecer um compromisso permanente com as culturas minoritárias. O realmente importante não está em desenvolver o princípio de igualdade e, sim, o princípio de liberdade. Ou seja, não basta apenas reconhecer os direitos das culturas minoritárias – elas têm que ter a liberdade de desenvolvê-los. E não falamos em termos de caridade, falamos em termos de direitos. Isso tudo deve nos dar base a reflexões mais profundas – ao menos eu a faço –, ao considerar a cultura da diversidade como um processo de mudança de papéis e funções dos componentes que constituem a sociedade.

O pensamento da educação intercultural supera os prejuízos e contempla a diversidade como um valor sobre as análises ideológicas e socioeconômicas que devem moldar as relações entre as culturas que chegam à escola. Esta mensagem exige que, se a escola está decidida a dar uma resposta a todas as crianças que chegam a ela, não pode fazê-lo a partir de concepções patológicas e perversas sobre a diversidade. Deve fazê-lo

partindo da consideração de que ser diferente é um elemento de valor e um referencial positivo para mudar a escola, o pensamento do professorado, a cultura escolar...

O que eu pretendo dizer quando falo da educação intercultural é que temos que ir criando uma cultura escolar que permita atender aos alunos respeitando as suas diferenças, de tal maneira que o pensamento pedagógico do professorado se modifique e as pessoas diferentes sejam vistas como ocasiões para melhorar a sua prática profissional.

Queridas companheiras e queridos companheiros, a cultura da diversidade não consiste em buscar o melhor modelo educativo individual para as pessoas diferentes e, sim, em que toda a cultura escolar seja preenchida de diversidade. Por quê é tão difícil aceitar isso?

O aceitar esse princípio abre caminho para o conhecimento, para a compreensão e para o respeito ao outro para que, através desse outro, eu aprenda, em primeiro lugar, a ser professor mas, sobretudo, a ser pessoa. É aceitar que eu, como professor, sou diferente e que cada um dos meus alunos também é diferente. Aceitar isso significa que a escola se converte em uma comunidade de aprendizagem permanente, já que o próprio professorado se considera também aluno, que está aprendendo a resolver problemas e, com essa mudança de atitude do professorado, se produzirá uma melhor aprendizagem nos próprios alunos. Esse processo de mudança permanente estabelece que, na cultura da diversidade, o processo de ensino e aprendizagem é simultâneo. Por isso, podemos dizer que há somente um processo de aprender a aprender uns dos outros, e não é necessário falar de ensino como sucesso e sim como um processo permanente de aprendizagem mútua e autônoma (autoaprendizagem). A escola da diversidade está centrada, principalmente, no saber aprender estratégias para a resolução dos problemas da vida cotidiana de maneira cooperativa e solidária, e esta comunidade de aprendizagem que é a escola da diversidade é a oportunidade para aprender e sobretudo para melhorar a própria aprendizagem. Este é o sentido que eu dou à escola pública. E quando falo de escola pública, não me refiro à escola estatal, mas a este modelo de escola sem exclusões.

A escola da diversidade exige este outro modo de organização, onde o professorado e os alunos empreendem a nobre tarefa de aprender em conjunto a resolver problemas da vida cotidiana. Quando falo da escola como organização social, faço isso pensando que a escola é muito mais que um edifício, móveis e um currículo. É, sobretudo, relações e interações entre pessoas, e o processo de aprendizagem vem determinado pela qualidade das relações que se estabelecem e se desenvolvem nessa comunidade de aprendizagem. Então, se isso é assim, por que é tão difícil organizar a escola como um grupo de pessoas que colaboram aprendendo estratégias para resolver problemas da vida cotidiana? A meu ver, o problema está radicado em que existe uma retórica educativa (currículo, objetivos, organização, pensamento do corpo docente etc.), mas não se tem a convicção de que a educação vem determinada pela qualidade das relações na aula, pelas interações permanentes, pela socialização como fundamento do desenvolvimento e do conhecimento.

Precisa-se de tempo para compreender isso tudo. Sim, precisa-se de tempo para aprender e de tempo para encontrar satisfação nos novos procedimentos de trabalho cooperativo em aula. A cultura da diversidade é um processo de aprendizagem

permanente, no qual todos temos que aprender a compartilhar novos significados e novos comportamentos de relação entre as pessoas. A cultura da diversidade vai nos permitir construir uma escola de qualidade, uma didática de qualidade e professores de qualidade. Todos temos que “aprender a ensinar a aprender”. A cultura da diversidade é uma maneira nova de educar(nos), que parte do respeito à diversidade como valor. A cultura da diversidade é a cultura da cooperação.

A escola pública, ao fazer sua a cultura da diversidade e ao abrir espaços para a participação das culturas minoritárias na tomada de decisões, está contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais humana, menos discriminadora, mais democrática, mais solidária. A construção desses ambientes escolares com estruturas organizativas e metodológicas democráticas, respeitando as diferenças de cada pessoa, possibilitará ao aluno e ao professor uma nova axiologia, ao introduzir-se novas preocupações como o pluralismo, a liberdade, a justiça, o respeito mútuo, a tolerância, a solidariedade...

A educação para o desenvolvimento desses valores e para a qualidade de vida há de levar os alunos ao encontro do seu próprio Norte. Os alunos, em conjunto com os professores, hão de construir um conhecimento escolar que torne compreensível as razões da diversidade entre as diferentes culturas, o respeito a essas diferenças, assim como as causas da crescente desigualdade e intolerância, através do desenvolvimento de atitudes solidárias e de defesa dos direitos humanos. Isso tudo vai nos permitir que as crianças e os jovens em geral vão adquirindo uma cultura diferente ao viver as diferenças entre as pessoas como algo valioso, solidário e democrático. Da diversidade cultural, ética, de gênero, lingüística etc. surgirão necessidades educativas diferentes mas valiosíssimas que devemos contextualizar, sequencializar, temporalizar e buscar estratégias para o seu desenvolvimento. A partir da consideração do currículo como processo aberto e flexível e da aposta por uma escola que se acomoda às diferenças (e não ao contrário), estamos considerando a escola como agente de transformação social.

Nós somos defensores da escola e da educação público como um modo de garantir o direito de todos à educação, especialmente a aqueles que têm menos possibilidades. A escola pública se caracteriza por formar uma cidadania livre e com autonomia moral e intelectual ao conceber-se como um espaço de diálogo social, onde seja possível o desenvolvimento da liberdade pessoal, a abertura à crítica, o intercâmbio permanente de idéias entre família, professores e alunos. Essa escola tem que ser semelhante a uma sociedade civil onde se comprometa com um modelo de educação e de sociedade. Se a educação pública é responsável pela busca de um modelo de cidadania e de pessoa comprometida, a escola tem que ser defensora militante da socialização e do desenvolvimento desses valores. Essa maturidade ética da escola tem que ser fundamentalmente crítica e reflexiva. A ética democrática constitui-se como uma ética cívica, onde as chaves giram ao redor da solidariedade e da justiça social.

No entanto, isso que parece claro desde o ponto de vista teórico, não teve eco no pensamento pedagógico dos profissionais, e eles seguem aceitando, de modo quase unânime, que as pessoas diferentes são os únicos responsáveis (culpados) pelos seus problemas de aprendizagem (às vezes esse sentimento se translada aos pais), mas raras vezes questionam o sistema escolar ou a sociedade. Ao assumir que o fracasso se deve aos alunos diferentes e não ao sistema, se pensa que são aqueles que devem mudar, e não a escola. E, ao não se conseguir a mudança, começa-se a selecionar dentro da

própria escola, oferecendo dois tipos de currículo: um da cultura formalmente selecionada pelo sistema e outro da subcultura (determinada por esse mesmo sistema).

O modelo pseudoeducativo que sustenta esta escola seletiva é meramente assistencial. É um modelo que ressalta o déficit nas pessoas como única causa dos seus problemas cognitivos e de aprendizagem, tudo isso apoiado médica e psicologicamente, mas nunca se busca uma possível causa no contexto (no sistema). O modelo de intervenção é, portanto, individualizado, e o currículo truncado pelas incompetências, incidindo nas incapacidades e não nas possibilidades dos alunos.

É um modelo privativo e determinista (negativo), que destaca mais o que não se sabe fazer do que o que realmente se sabe. Outras vezes, este modelo se centra na necessidade do especialista, e se busca um modo específico (tecnocrata) de intervir, como se a resolução dos problemas da diversidade dependessem da intervenção de especialistas, convertendo-se os profissionais do ensino em profissionais da deficiência. E, por último, este modelo deficitário se centra nesse quarto nível de concreção, ou seja, dedica-se a desenvolver um currículo paralelo (Programas de Desenvolvimento Individual – PDI ou de Adequações Curriculares Individuais – ACI), como se se tratasse de uma atitude compensadora (modelo compensativo).

Esse modelo de intervenção dá à escola um papel de agente de seleção do alunado, ao valorar mais as capacidades do que os processos, os agrupamentos homogêneos do que os heterogêneos, a competitividade do que a cooperação, o individualismo do que a aprendizagem solidária, os modelos fechados, rígidos e inflexíveis do que os projetos educativos abertos, compreensivos e transformadores. É uma escola que se apóia em modelos tecnicistas e não em modelos holísticos e ecológicos; uma escola onde se ensinam conteúdos acadêmicos como meio de desenvolver habilidades e destrezas, e não conteúdos culturais e vivenciais como instrumentos para adquirir e desenvolver estratégias que permitam resolver problemas da vida cotidiana.

Este modelo de escola não é o da escola pública e o da cultura da diversidade, já que o seu principal papel, como eu já disse acima, é o de ser uma escola avaliadora de resultados e não de processos, sobre um critério supostamente objetivo. Dentro dessa escola seletiva se estabelecem “adaptações curriculares” para recuperar alunos rejeitados através de “aulas de recuperação”, aconselhando aos pais que procurem especialistas (psicólogos, fonoaudiólogos...), esquecendo intencionalmente que a responsabilidade é absolutamente coletiva e institucional.

A nosso juízo, manter esse discurso é um problema ideológico, por que o que se oculta atrás dessa atitude é a não aceitação da diversidade como valor humano, a perpetuação das diferenças entre os alunos, ressaltando que essas diferenças são insuperáveis (determinismo bio e sociológico) e, mesmo compartilhando o mesmo ônibus, mesa, cadeira e sala de aula com seus companheiros, seguem um currículo diferente e às vezes até oposto.

Frente a este modelo deficitário (definido como específico, privativo e compensador, centrado na criança deficiente), o Modelo Educativo Competencial pretende, em primeiro lugar, construir pontes cognitivas entre os alunos e o currículo, para que adquiram e desenvolvam estratégias que lhes permitam resolver problemas da vida cotidiana e que lhes preparem para desfrutar das possibilidades que a vida lhes oferece.

Essas oportunidades virão dadas muitas vezes mas, em sua maioria, terão que ser construídas e, nessa construção, as pessoas com deficiência têm que participar ativamente. Definimos a esse modelo como educativo-competencial ou de currículo único. Ou seja, um modelo que evite a subcultura.

Na construção dessa escola pública há que se evitar muitas incompreensões sobre a cultura da diversidade. A primeira é que o professorado pensa que, desde que se inicia a integração escolar, os processos de integração estão destinados a melhorar a “educação especial” e não a educação geral. Tudo isso originou diferenças profundas na interpretação da cultura da diversidade e nas funções que esta há de desempenhar para mudar os parâmetros em que se fundamenta a educação segregadora. Isso provocou grandes conflitos entre investigadores e legisladores, entre professores e pais. Por exemplo, há uma grande cultura legislativa sobre a cultura da diversidade e, no entanto, está se produzindo uma contracultura na prática escolar.

Nessa ordem de incompreensões há algumas verdadeiramente incompreensíveis. Refiro-me a como se interpreta o papel e as funções do professor de apoio e do professor-tutor na prática ambas definidas na lei como um trabalho cooperativo e solidário. Na prática, o professor de apoio, que deveria ser um professor que participa das funções cognitivas e culturais, assume um papel de professor de matemática ou de língua, quando essas são atividades específicas do professor-tutor e nunca fizeram parte do currículo de formação do professor de apoio. Ou seja, o problema que hoje temos estabelecido na escola é epistemológico, ideológico e ético por um lado e, por outro, eminentemente educativo. E todos somos responsáveis pela sua resolução, desde que estejamos convencidos de que a escola do século XXI deve ser uma escola sem exclusões.

Sabe-se, desde o princípio, que as pessoas que chegam a uma escola sem exclusões têm diferenças cognitivas, afetivas e/ou sociais; diferenças de gênero, raciais, culturais...etc. Partimos da idéia de que existe entre as pessoas uma grande variedade nos modos e nos ritmos de aprendizagem; nas maneiras de adquirir, organizar e reter o conhecimento. também é certo que esse conhecimento encontra-se mediado pela experiência pessoal e pelo mundo de significados em que vivem e se desenvolvem as pessoas. E o fato de que os profissionais saibam de tudo isso não deve ser uma ocasião para salientar o déficit (modelo deficitário) e sim uma ocasião para buscar novos modelos de “ensinar a aprender”. Talvez fosse mais correto dizer que os profissionais “aprendam a ensinar os outros a aprender” (modelo competencial). É, portanto, uma ocasião para melhorar a prática educativa.

Assim, há que se elaborar o projeto educativo de centro pensando não em crianças hipotéticas. Ou seja, há que se elaborar um projeto Educativo Compreensivo, Único (Comum) e Diferente cujo epicentro seja a diversidade e não a normalidade. A partir dessa perspectiva cabe perguntar-se: queremos tornar possível um currículo para todos os alunos, inclusive para aqueles considerados socialmente com déficit intelectual? Ou, dito de outra maneira, podemos falar de pessoas com necessidades educativas específicas em uma escola da diversidade? Quais são os conteúdos culturais que a escola tem que ensinar? Que mudanças têm que se produzir na organização escolar? Que mudanças devem acontecer no estilo de ensinar e no trabalho cooperativo entre os profissionais para que se consiga um ensino de qualidade? Quanto nos comprometeremos para isso? Quando nos comprometeremos? Que sentido tem a

avaliação para a escola da diversidade e como se entenderá o progresso na evolução dos alunos?

Tal como eu entendo, significa que uma “situação problemática” a priori (se é que é assim como se deve entender) converte-se no epicentro do projeto educativo da escola, já que o profissional vai encontrar nela uma ocasião única para mudar e para melhorar o seu estilo e o seu modo de ensinar. mais ainda: são ocasiões que vão ir modificando o seu pensamento pedagógico, as suas crenças, as suas atitudes os seus comportamentos com as pessoas diferentes. E, o que é mais importante, essa nova maneira do professorado comportar-se vai propiciar uma mudança de atitudes e comportamentos nos alunos – tudo isso dará lugar a uma nova cultura escolar.

Essa nova cultura escolar vai partir do princípio geral de que todas as pessoas podem ser educadas. essa é uma afirmação poderosa, já que dizemos que “todas as pessoas” e não “algumas pessoas” podem ser educadas. Admitir esse princípio geral é mudar todos os referencias do currículo e este – o currículo – tem que saber construir pontes cognitivas entre as diferenças das pessoas e de suas possibilidades para adquirir a cultura, já que vamos considerar a escola como o lugar onde se descobre o conhecimento e onde se ensina a pensar. portanto, a escola tem que oferecer um currículo que rompa com o determinismo psico-biológico das diferenças na aprendizagem como algo eterno e imperecível, e o contemple como algo passível de mudança. Essa segunda afirmação é tão poderosa científica e didaticamente como a primeira, já que as pessoas que oferecem dificuldades para a aprendizagem vão ser o motor de mudança das rotinas escolares e do próprio fenômeno da aprendizagem.

Aceitar que as pessoas diferentes são motor de mudança da escola, a meu ver, supõe uma mudança tão grande de pensamento dos professores que isso deve ser contemplado em um outro tipo de currículo, centrado na resolução de problemas reais e próximos dos alunos (e de grande relevância para eles – o próximo é o que está ao alcance da mão) mais do que das disciplinas. Essas disciplinas devem ser utilizadas como apoio para a resolução dos problemas do dia-a-dia. Um currículo centrado nas necessidades pessoais e contextuais dos alunos, que permita construir mecanismos e estratégias para que se familiarizem com o conhecimento e que este (o conhecimento adquirido) sirva-lhes para resolver problemas da vida cotidiana.

Assim, o primeiro objetivo de um currículo como o que acabamos de expor tem que focalizar-se no saber ensinar aos alunos os processos e estratégias que possam ser efetivamente utilizados na aprendizagem e na resolução de problemas. Ou seja, a cultura escolar tem que tornar possível que as crianças sejam pessoas competentes para criar seus próprios processos e estratégias de autoaprendizagem. A criança tem que ser cientista na escola e, o profissional, o mediador do saber e aquele que cria um cenário para que se produza o conhecimento.

Nesse processo de construção e de reconstrução do conhecimento, os alunos adquirem conhecimentos conceituais, que lhes permitem interpretar a realidade, os procedimentos e a estrutura lógica (sentido comum) e que são meios para resolver problemas da vida cotidiana e valores para melhorar a vida social. Trata-se de problematizar a realidade a fim de encontrar possíveis explicações para ela. A educação há de permitir a autonomia cognitiva e moral dos alunos, e não a dependência.

As famílias e o professorado compreendem que os alunos necessitam de algo mais – de muito mais – que informação (instrução) para adquirir esse patrimônio cultural comum que lhes permita estabelecer criticamente que as diferenças entre as pessoas são valores em si, mas às vezes as condições históricas e ideológicas impostas pela cultura dominante somente destacam as diferenças entre uns e outros. Precisamente a construção de um discurso comprometido para viver democraticamente na escola exige superar a visão tecnocrática e reprodutora em que se encontra imersa a escola, empurrada por essa cultura competitiva e pós-modernista.

Não queremos ser ingênuos e estamos convencidos de que qualquer processo de ensino e aprendizagem (em qualquer nível educativo) tem a sua ideologia, ou seja, que existem preconceções (prejuízos) sobre as características das pessoas que aprendem (sobre a competência cognitiva dessas pessoas), bem como crenças e idéias sobre as características mais apropriadas de ensino (buscando uma didática da subcultura), de tal maneira que se pode correr o risco de interpretar, partindo-se da didática e da organização escolar, que o mais adequado nesta escola da diversidade seja currículos paralelos (e é daí que saem as adaptações curriculares como se isso fosse a solução). Ao contrário, o realmente significativo, de um ponto de vista didático, é centrar-se no sistema e não no sujeito.

O que queremos estabelecer com a ideologia do ensino em uma escola da diversidade é que existem valorações sobre a competência cognitiva e sobre a educabilidade das pessoas com deficiência, mas às vezes esquecemos a competitividade cultural e a educabilidade. Ou seja: nós, os profissionais, somos competentes para ensinar os outros a aprender. Sim ou não? E esta é a questão de fundo.

Partindo da perspectiva que descrevemos, a cultura da diversidade é uma provocação permanente para legisladores, investigadores e profissionais. Ela não consiste em reduzir os conteúdos culturais da escola, nem os objetivos, nem buscar para a educação espaços ilhados em grupos homogêneos, nem buscar situações excepcionais de aprendizagem. É exatamente o contrário: é buscar novos estilos de ensino/aprendizagem, novos modos heterogêneos de interação, novos serviços de apoio, que tenham outras funções na escola, enfim, um novo modo de ser do ensino. A existência e a presença de pessoas diferentes é uma oportunidade para que se mudem os estilos de ensino e não uma ocasião para que as diferenças se destaquem.

Essa definição levará a um desenvolvimento coordenado da ação educativa, buscando a mesma sintonia de ação nas diferentes experiências da escola e propiciando um clima onde os alunos com deficiência receberão o máximo de experiências enriquecedoras. Portanto, a questão a resolver a partir deste momento não é apenas se as pessoas com algum tipo de deficiência são competentes para aprender, e sim se os que ensinam são competentes para ensinar a aprender. Sabemos ensinar a aprender nesta escola da diversidade? Ou, dito de outra maneira, a situação atual do sistema educativo espanhol, no âmbito concreto da escola da diversidade, está exigindo uma didática e professores de qualidade. Nós dispomos dessa didática e desses professores? Que papel estão desempenhando as faculdades de educação nesse contexto?

E não é só isso. A escola da diversidade requer um aperfeiçoamento permanente do professorado se quer ter êxito nas mudanças fundamentais da educação intercultural. A mudança educativa pode às vezes vir imposta pela administração, mas o

aperfeiçoamento profissional é algo inerente ao próprio profissional. Essa formação é algo necessário e as formas de levá-la a cabo são muito variadas – vão desde seminários, oficinas, cursos com especialistas, etc. É essencial que essa formação seja planejada de um modo regular, inclusive naqueles casos em que os profissionais pensem que já adquiriram um nível de aperfeiçoamento que dispensa essa formação contínua. O projeto da escola da diversidade necessita que essa formação contínua se dê também na família, compartilhada com os profissionais da escola e a universidade. É nesta linha que o Projeto Roma vem trabalhando, buscando soluções conjuntas, e, a partir da nossa experiência, chegamos ao que nós denominamos de Paradigma da Cooperação. Desde o Paradigma da Cooperação é possível conseguir essa harmonia que permite aos profissionais do ensino contemplar as pessoas com deficiência como via de transformação da escola e melhora profissional dos educadores. A cultura da diversidade e o trabalho solidário e cooperativo necessitam de um professorado que tenha autonomia para desenvolver a sua profissão.

O trabalho cooperativo e a investigação da própria prática diária propiciarão um processo para sair do isolamento e do individualismo na ação pedagógica, e se iniciarão experiências de investigação entre os serviços de apoio à escola e aos demais profissionais. Isso permitirá a reflexão, a discussão compartilhada entre os docentes e a avaliação dos processos de ensino-aprendizagem. Além disso, o desenvolvimento profissional do docente pode fazer com que os professores conheçam melhor a si mesmos, e estejam mais seguros através da sua própria reflexão (autorreflexão) e avaliação. São profissionais que desenvolvem uma autoconsciência e uma confiança que lhes permitem fomentar a sua autoestima profissional.

Uma das fontes de maior satisfação e revitalização que nós encontramos ao participar do Projeto Roma (projeto de investigação sobre o desenvolvimento de processos cognitivos e metacognitivos em pessoas com Síndrome de Down nos diversos mundos de significados: família, escola e entorno social) é colocar em marcha os projetos de melhora profissional, que beneficiarão não somente ao próprio professorado, mas também aos processos de aprendizagem dos alunos e aos processos de melhora no centro. Nesse sentido, o que se conhece no mundo da educação como investigação em ação pode ser considerado como um procedimento importante para desenvolver essa cultura profissional do professorado. Não é apenas uma nova metodologia educativa para buscar a prática profissional, mas uma nova reconceitualização da teoria e a prática do ensino. Isso propiciará uma maior autonomia e uma maior liberdade no professorado, possibilitando um novo mundo de valores e, sobretudo, despertando esperanças para desenvolver a dignidade profissional e o reconhecimento dessa dignidade.

Educar *em* e *para* a diversidade não quer dizer que os alunos tenham que trabalhar sozinhos ou que o ensino não tenha que ser estruturado. Não devemos entendê-la como uma educação aberta sem sentido, e sim como um lugar em que a aula se converte no “lugar dos pontos de vistas distintos” (Tonucci, 1993, p-26). É um lugar onde se desfruta a diversidade e a aprendizagem se converte em uma atividade prazerosa. É uma atividade de contraste de pareceres e de contradições, onde a diversidade dos alunos rompe o acordo preestabelecido entre a aprendizagem “normalizada”, e se necessita buscar novos modelos de ensino-aprendizagem para restabelecer o equilíbrio educativo na sala de aula.

Esta nova concepção da escola da diversidade precisa um modo distinto de organizar-se em sala de aula, como outra das chaves dessa escola pública. Entre adultos, crianças da mesma idade e crianças com deficiência, devem-se criar ou elaborar uma espécie de plataformas de entendimento (formatos de ação conjunta – Bruner, 1998), que é como a primeira oportunidade de cultura para as crianças. mais tarde, e se não se produzem essas primeiras experiências, nos referimos a esquemas de ação conjunta, onde a criança aprenda a realizar, a princípio, as atividades mais fáceis, e o adulto, as mais complexas. Tudo isso para proporcionar-lhes, mais tarde pautas de maior responsabilidade à criança e de menor responsabilidade ao adulto.

Não queremos dizer com isso que não vão acontecer erros. O erro é importante como o procedimento que nos permite reconstruir todo o processo na tentativa de evitarmos aprendizagens incorretas. Esse enfoque socioconstrutivista que ressalta a importância da interação professor-aluno e aluno-aluno foi estudado por Werstch (1985), que diz que quando o adulto e a criança, ou a criança e outras crianças, iniciam uma tarefa comum, partem cada um de uma definição distinta da situação de aprendizagem e, para que a aprendizagem efetivamente aconteça, é necessário que essas situações se aproximem o mais possível em uma mesma rede de significados. Esses processos de mediação são especialmente importantes quando se trabalha com pessoas com deficiência, precisamente por que elas precisam de melhores processos de sustentação do que o restante dos seus companheiros.

Nesses processos de mediação destacamos, pela sua importância, a organização cooperativa da aprendizagem. Frente à organização individualista ou competitiva, o trabalho cooperativo possibilita uma melhora substancial nas relações. Neste processo de mediação pretendemos simplesmente que tanto pais quanto professores busquemos espaços para a aprendizagem compartilhada. Ou seja, que, como mediadores de cultura, possibilitemos que as pessoas com deficiência desenvolvam processos cognitivos e metacognitivos que lhes permitam resolver problemas da vida cotidiana. Esse processo de mediação educa para desenvolver modelos de pensamento formal (estruturas cognitivas). A mediação é uma ajuda permanente entre os contextos familiares e escolares, ao propor alternativas de trabalho para que tanto pais quanto alunos e professores aprenda a aprender.

Através dessas estratégias cooperativas, o professorado pode favorecer alguns dos processos de interação social, de modo singular no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos com deficiência. Pensamos que a escolarização tem como principal objetivo que os alunos aprendam a aprender, que se dêem conta do que sabem e dos problemas da vida cotidiana. Nesse modelo de socialização do ensino, ao contemplar a heterogeneidade das classes, as diferenças entre os alunos são tidas como algo normal e não como algo excepcional. O ensino interativo e o grupo de trabalho heterogêneo são a nova estrutura organizativa necessária em uma escola *em e para* a diversidade. O currículo e a aula se organizam de tal maneira que as crianças com deficiência ajudem-se umas às outras e, mesmo que os alunos com deficiência sejam um importante suporte mútuo, o professor será sempre o principal apoio de todos.

Esse movimento da cultura da diversidade não supõe apenas uma mera mudança estrutural nas instituições, mas requer uma mudança profunda no ideológico-político, nos sistemas de gestão administrativa, nos conceitos psicológicos, nos princípios e nos

sistemas educativos e nas relações de comunicação entre as pessoas. Deste último ponto de vista, é simplesmente uma alternativa educativa aos modelos já existentes.

Nem a sociedade, nem a administração e nem a escola entenderam (ou não quiseram entender) esse projeto de homem novo e de sociedade nova que comporta a cultura da diversidade. Na verdade, a escola está mais preocupada em selecionar os alunos do que em educá-los – justamente o que o sistema social e a própria administração exigem que faça. É uma escola que centrou-se em “princípios de caridade” e não nos direitos que os alunos têm como pessoas. Penso que deveríamos exigir que um bem público tão caro como a escola pública seja reconduzido, para que o epicentro da educação seja as pessoas com deficiência, e não o contrário. A escola e os seus profissionais têm que saber criar situações de aprendizagem onde as pessoas com deficiência adquiram a cultura apesar das suas condições cognitivas. Sobre essas e outras questões que, no decorrer dessas Jornadas, irão se colocando, é que nós, os professores universitários, deveríamos refletir a respeito. De uma maneira bastante especial, deveríamos pensar em como formamos os nossos estudantes universitários para a mudança que supõe a cultura da diversidade, e como lhes ensinamos a abrir espaços para ensinar outros a aprender.

Não quero ser simplista e afirmar que todos os problemas da escola atual devem-se à Universidade e à falta de interesse particular que a Didática dispensa a esse tema e às questões organizativas da escola. É muito mais importante considerar que o significado profundo que requer a cultura da diversidade transcende o discurso didático, já que às vezes se esconde um problema ideológico muito mais difícil de detectar. Quer dizer, não é apenas um problema de formação, de meios ou de recursos, mas um problema de aceitação da diferença como valor.

Seria um paradoxo falar da cultura da diversidade e não falar de qualidade de vida. Mas todos entendemos o mesmo quando se fala em qualidade de vida? A integração escolar é garantia de qualidade de vida? No que consiste a qualidade de vida? Qualidade de vida é o mesmo que estado de bem-estar? Como podem ser definidos funcionalmente os conceitos de qualidade de vida e de satisfação pessoal na vida? Que conjunto de variáveis ambientais são as que mais provavelmente intensificarão a qualidade de vida, levando-se em conta que as pessoas são diferentes e levando em conta as distintas etapas da vida? Em relação com as pessoas com deficiência, no que consistirá a sua qualidade de vida? O discurso da normalização é, necessariamente, o mesmo que o da qualidade de vida? Não poderíamos cair em uma tirania da normalização se não interpretamos bem a cultura da diversidade?

Podemos nos fazer essas e outras perguntas quando a escola pública e a cultura da diversidade não estão bem entendidas. A meu ver, a escola pública, através do seu ensino de qualidade (nem pode ser de outra maneira) enche de conteúdo a expressão “qualidade de vida” quando se interpreta que as pessoas com deficiência são competentes para levar uma vida digna e que se deve educá-las para que, durante toda a sua vida, vivam com autonomia moral, social e pessoal, e não dependam de outra pessoa. Ou seja, parte-se da consideração de que a pessoa com deficiência é autônoma para poder escolher entre as possibilidades que a vida lhe oferece e as que ela tem que construir. Podemos, então, afirmar que o conceito de qualidade de vida é algo dinâmico, algo que as pessoas constroem e, para essa construção, são necessárias as competências cognitivas e culturais.

A qualidade de vida vai oferecer às pessoas – deficientes ou não – o poder escolher, ter coisas importantes para fazer, ganhar a própria vida, caso isso seja possível, viver em um lugar agradável, ter amigos e gente com quem compartilhar seus desejos e interesses, ter oportunidade de desfrutar do tempo livre e passar momentos agradáveis com os amigos e poder dispor de momentos de felicidade. É a melhor forma de compreender isso tudo é sabendo escutar as pessoas com deficiência, para que elas possam expressar que desejam o mesmo que todos desejamos: viver dignamente, o que significa dizer que elas desejam ser reconhecidas como são, e não como gostaríamos que elas fossem.

Durante muito tempo, as pessoas com deficiência tiveram outras que falaram por elas. Deixemos agora que elas falem por si mesmas dos seus interesses, dos seus gostos e desejos. Sua personalidade e identidade têm sido sempre colonizadas, como prolongamentos dos pais e adultos. Todas essas máximas devem ser consideradas como princípios básicos a seguir na escola pública e na educação, e não metas a alcançar. Não se pode estar para sempre no terreno da especulação e da teoria – há que passar para a prática, por que o que está em jogo, a meu ver, é a construção de novos valores sociais para o século XXI. Este é o grande salto ideológico de passar do princípio do reconhecimento da igualdade ao princípio de pô-lo em uso, com novas leis e normas sócias de liberdade. Por isso tudo, penso em estabelecer aqui que a expressão Escola Pública e Atenção à Diversidade, que encabeça estas Jornadas de Formação, há que banhar-se nessa outra que eu chamo de Qualidade de Vida, já que a escola pública tem que abrir espaços de reflexão e de autocritica permanente, do ponto de vista epistemológico, ideológico e ético, do ponto de vista da saúde, do ponto de vista da qualidade das relações no contexto familiar, escolar e social e, por último, do ponto de vista político e de gestão. Ainda assim há que se deixar claro o que todos entendemos por qualidade de vida, não somente das pessoas com deficiência, mas de todo o contexto social. É uma definição em termos de processo e de evolução dos princípios e dos valores sociais que devemos construir para os anos futuros, e não de conservação de uns valores caducos de bem-estar individual. A escola pública deve concentrar seus esforços em desenvolver esses valores, se realmente estamos convencidos de que a cultura da diversidade é a que dá sentido à dita escola. Neste ponto, a pergunta que surge e que desejo compartilhar com vocês todos é a seguinte: estamos preparados ideológica e cientificamente para estudar os processos pelos quais as pessoas com deficiência devem passar da situação de normalização para a da qualidade de vida? Ou, dito de outra maneira, a normalização é garantia de qualidade de vida em nossas escolas? Que critérios podem ser considerados como de qualidade de vida para todas as pessoas e em todas as culturas? E, não só isso, quem estabelece esses critérios?

Posso deduzir de algumas das minhas investigações, as pessoas com deficiência sempre receberam a educação em situação segregadora, sempre focalizada na dependência e não na autonomia. Recordemos como os objetivos tradicionais na educação das pessoas com deficiência normalmente se orientavam a alcançar comportamentos sociais controlados. Hoje se pretende que, em situação normalizada, essas pessoas adquiram cultura suficiente para que possam levar uma vida digna. Passou-se de um modelo assistencial e dependente a um modelo competencial e autônomo.

O discurso da escola Pública e da Diversidade, que é o discurso da Qualidade de Vida, é um discurso preferentemente ético. É um discurso que penetra no mais profundo do ser humano (a moral), é outra maneira de entender o ser humano e, portanto, a sociedade. A

cultura da diversidade e da qualidade de vida é um discurso que exige que a escola pública introduza uma nova axiologia em um novo mundo de valores, onde as pessoas sejam respeitadas por isso mesmo – por ser pessoas – e não pelo lugar que ocupem na sociedade nem pelo seu nível de produção. Só assim se entenderá quando afirmo que ser diferente é um valor, não um defeito.

2. Cai o pano: nosso compromisso

Além de anunciar, de descobrir, de analisar e até de denunciar a nossa repulsa à nova direita que hoje se autodenomina “neoliberalismo” (nos âmbitos político e econômico) e ao pensamento pós-modernista (no social e no cultural), devemos comprometer-nos com um trabalho cooperativo e solidário, para frear o desenvolvimento feroz do capitalismo e de sua cultura própria, e compreender que o verdadeiro sentido do humano está em buscar relações de qualidade entre as pessoas e que essa qualidade se adquire muito cedo na vida, em uma escola que conhece, compreende e respeita cada pessoa como ela é e não como gostaríamos que fosse.

Por isso tudo eu, ao baixar a cortina do meu discurso, vou ser um pouco ousado e apontar algumas idéias:

1. Se estamos convencidos do discurso da cultura da diversidade, devemos comprometer-nos com o que dizemos. Não é suficiente assegurarmos que concordamos com ele. A partir deste momento, já existe em nós o compromisso moral para lutar contra as desigualdades e, se não o fazemos, estaremos cometendo uma imoralidade ou, o que é pior, estaremos sendo cínicos. Esse compromisso moral significa que atuamos com racionalidade, ou seja, com um pensamento claro que sabe distinguir entre o que está bem e o que está mal.
2. O crescimento das desigualdades, o aumento da violência e do racismo, a degradação do planeta, o fundamentalismo econômico etc. são a conseqüência lógica da imobilidade em que nos meteram, da escola à universidade. E, por isso, a mudança social e a emancipação das pessoas só podem produzir-se através da ação compartilhada. Essa ação vem determinada por uma prática educativa que permita melhorar as condições de qualidade de vida entre as diferentes culturas que chegam à escola.
3. Em um projeto de sociedade e de homem diferentes para o século XXI, nós, como “especialistas” neste encontro de Escola Pública e de Atenção à Diversidade teríamos que provocar (tornar possível) uma investigação que nos permitisse:
 - ✓ Descrever, analisar e estudar a qualidade de vida que têm as pessoas com deficiência no nosso país;
 - ✓ Estabelecer quais são os fatores que contribuem que as pessoas com deficiência não estejam desfrutando da mesma qualidade de vida que o restante das pessoas;
 - ✓ Comprometer os governo federais, nacionais, estaduais e municipais a partir das investigações realizadas, para estabelecer outro tipo de modelo de

relação e de estilo de vida entre as pessoas, desde a infância até a idade adulta, que parta da compreensão e do respeito às culturas minoritárias;

- ✓ A qualidade de vida é um discurso que nos introduz uma nova axiologia e um novo mundo de valores, onde as pessoas são respeitadas por ser pessoas e não pelo lugar que ocupam na sociedade ou pelo que produzem. O discurso da qualidade de vida é um discurso carregado eticamente, já que o diferente é considerado como um valor e não como um defeito. Nós sublinhamos o discurso da cultura da diversidade por que é o discurso da cooperação (Paradigma da Cooperação) que define a escola pública;
- ✓ A cultura da diversidade é um discurso que transcenderá a filosofia da normalização sempre e quando a sociedade seja eticamente madura para compreender que todas as pessoas diferentes devem ter a mesma oportunidade que tem o resto da humanidade de viver a sua própria vida com dignidade.

Por isso, quero deixar-lhes a mensagem de que, aconteça o que acontecer, nosso discurso sobre a Escola Pública e a Cultura da Diversidade é uma mensagem que transcende a própria filosofia da normalização e penetra no mundo da Ética e dessa nova axiologia da qualidade de vida, que vão permitir-nos que façamos, entre todos, um pouco mais humana essa sociedade em crise do final do século.